



HISTÓRIA DO BRASIL

Prof. Davidson Nichio (Abdulah)

HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS (1ª) CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824)

Após a dissolução da Assembléia Nacional Constituinte, convocada em 1823, o Imperador D. Pedro I outorgou a Carta Imperial de 1824 que tinha como principais características:

1. Instituiu a forma unitária de governo e a forma monárquica de governo (art. 3º)
2. Instituiu a Religião Católica como a religião oficial do império, podendo todas as outras Religiões ter seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo. (art.5º)
3. Fundamentada nas teorias de Benjamin Constant sobre a separação entre os poderes, estabeleceu quatro funções do Poder Político: o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo, e o Poder Judicial. (art. 10)
4. O Tribunal do Júri tinha atribuições penais e civis
5. Existência de sufrágio censitário, sendo vedado o direito de voto àqueles que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio, ou Empregos e, em relação à capacidade eleitoral passiva, ou seja, o direito de ser eleito para ocupar algum cargo político também havia necessidade de comprovação de renda mínima proporcional ao cargo pretendido. (art. 92,V e seguintes).

(2ª) CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 24 DE FEVEREIRO DE 1891).

Após a proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, promulgaram a Constituição Republicana, que apresentava as seguintes características:

1. Instituiu a forma federativa de estado e a forma republicana de governo (art. 1º)
2. Entusiasmado pela teoria da separação entre os poderes de Montesquieu, houve a repartição em três funções: Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e harmônicos (art. 15).
3. O sufrágio, embora tendente a ser universal, ainda encontrava restrições censitárias, pois impedia o voto àqueles que eram considerados mendigos e aos analfabetos. (art. 70).
4. Previu-se expressamente o Habeas Corpus, onde se estabelecia que “dar-se-á o *habeas corpus*, sempre que o indivíduo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência ou coação por ilegalidade ou abuso de poder” (art. 72, § 22).
5. Separação entre a Igreja e o Estado, não sendo mais assegurada à Religião Católica o status de religião oficial, deste modo, foi estabelecido o direito de culto externo a todas as religiões. (art. 11, § 2º).

(3ª) CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 16 DE JULHO DE 1934).

Com a tomada do Poder realizada por Getúlio Vargas, o qual tinha como ideológica política as questões socioeconômicas, em confronto com a política liberal, promulga-se uma Constituição com diretrizes sociais, que apresenta as principais características:

1. Constitucionalizou os direitos sociais, estabelecendo um Título referente à ordem econômica e social (Título IV).
2. Criou o mandado de segurança e a ação popular no capítulo dos direitos e garantias individuais (art. 113).
3. Estabeleceu dois mecanismos de reforma constitucional, a revisão e a emenda, estabelecendo que a Constituição poderá ser emendada, quando as alterações propostas não modificarem a estrutura política do Estado ; a organização ou a competência dos poderes da soberania e revista, no caso contrário, estabelecendo que o processo de revisão seria mais rígido do que o processo de emenda. (art. 178).
4. Proibição de voto aos mendigos e analfabetos

(4ª) CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937)

Em 10 de novembro de 1937 com um golpe liderado pelo Presidente Getúlio Vargas com fundamento na idéia da continuidade de Vargas no poder, haja vista as eleições marcadas para 1938, inicia-se o Estado Novo que iria durar até 1945. Neste período conturbado foi outorgada a Constituição de 1937, denominada de Constituição Polaca, pois foi inspirada na Carta ditatorial Polonesa de 1935, que apresenta as principais características:

1. Reduziu a esfera dos direitos individuais, desconstitucionalizando o mandado de segurança e a ação popular.



2. Os Prefeitos Municipais passaram a ser nomeados pelo Governador de Estado.
3. Possibilitou que o Presidente da República interferisse nas decisões do Judiciário, pois lhe possibilitava submeter à apreciação do Parlamento as leis declaradas inconstitucionais, podendo o Parlamento desconstituir esta declaração e inconstitucionalidade através de dois terços de seus membros (art. 9, parágrafo único).
4. Proibição de voto aos mendigos e analfabetos

(5ª) CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

A entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados teve efeitos irreversíveis para o Estado Novo, pois ao lutar contra o regime ditatorial nazi-fascista coloca em conflito a própria conservação de uma ditadura no país. Assim, em decorrência desta perda de legitimidade o Estado Novo entra em crise e tem o seu fim outubro de 1945. Após a queda de Getúlio Vargas e fim do Estado Novo, incide um período de redemocratização que irá culminar na promulgação da Constituição de 1946, que apresentava as principais características:

1. Reduziram-se as atribuições do Poder Executivo, que, na Constituição precedente o tornaram um verdadeiro ditador, com a interferência nos outros Poderes. Assim, na Constituição de 1946 estabelece-se o equilíbrio entre os poderes.
2. Constitucionaliza-se o mandado de segurança para proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus e a ação popular (art. 141)
3. A propriedade foi condicionada à sua função social, possibilitando a desapropriação por interesse social. (art. 141, § 16º)
4. Continuava a proibir o voto dos analfabetos.

(6ª) CONSTITUIÇÃO DO BRASIL DE 1967

Nos dizeres de José Celso de Mello Filho, a Constituição republicana de 1967 foi formalmente discutida, votada, aprovada e promulgada pelo Congresso Nacional que, convocado pelo Marechal Castelo Branco, no exercício da Presidência da República, se reuniu extraordinariamente para este fim. Contudo, o Congresso Nacional que deliberou sobre o referido projeto, de autoria do Ministro da Justiça, não mais se apresentava como órgão revestido de legitimidade política em razão das ofensas e arbitrariedade perpetradas pelo regime revolucionário militar. Ainda, é necessário estabelecer que ao Congresso Nacional não foi reconhecida a faculdade de substituir o projeto constitucional encaminhado pelo executivo por outro, de autoria dos próprios parlamentares. Deste modo, verdadeiramente, a promulgação deste texto constitucional pelo Congresso Nacional escondeu um verdadeiro ato de outorga constitucional. As principais características do texto constitucional são as seguintes:

1. Concentrou poderes na União e privilegiou o Poder Executivo em detrimento dos outros poderes.
2. Baseou toda a estrutura de Poder na Segurança Nacional
3. Reduziu a autonomia dos Municípios estabelecendo a nomeação dos Prefeitos de alguns municípios pelo Governador (art. 16 § 1º - Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação: a) da Assembléia Legislativa, os Prefeitos das Capitais dos Estados e dos Municípios considerados estâncias hidrominerais em lei estadual; b) do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional, por lei de iniciativa do Poder Executivo.)
4. Houve a criação de uma ação de suspensão de direitos políticos e individuais (art. 151, Aquele que abusar dos direitos individuais previstos nos §§ 8º, 23. 27 e 28 (liberdade de pensamento, profissão e associação) do artigo anterior e dos direitos políticos, para atentar contra a ordem democrática ou praticar a corrupção, incorrerá na suspensão destes últimos direitos pelo prazo de dois a dez anos, declarada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante representação do Procurador-Geral da República, sem prejuízo da ação civil ou penal cabível, assegurada ao paciente a mais ampla, defesa.).
5. Os analfabetos permaneciam sem direito a voto.

*** EMENDA CONSTITUCIONAL N.1 DE 1969 (EDITADA EM 17/10/1969)**

Em 17/10/1969 a Constituição Brasileira sofreu profundas alterações em decorrência da emenda constitucional n. 1, outorgada pela junta militar que assumiu o Poder no período em que o Presidente Costa e Silva encontrava-se doente. Para considerável parte da doutrina, na verdade, a EC n. 1 de 19679 trata-se na verdade de nova Constituição, como expende o professor José Afonso da Silva,

Teórica e tecnicamente, não se tratou de emenda, mas de nova constituição. A emenda só serviu como mecanismo de outorga, uma vez que verdadeiramente se promulgou texto integralmente reformado, a começar pela denominação que se lhe deu: Constituição da República Federativa do Brasil, enquanto a de 1967 se chamava apenas Constituição do Brasil.



As três principais alterações promovidas pela citada emenda constitucional foram:

1. Estabelecimento de eleições indiretas para o cargo de Governador de Estado
2. Ampliação do mandato presidencial para cinco anos
3. Extinção das imunidades parlamentares.

(7ª) CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 (DE 05 DE OUTUBRO DE 1988)

Em 27 de novembro de 1985, através da emenda constitucional n. 26, foi convocada a Assembléia Nacional Constituinte, com a finalidade de elaborar um novo texto constitucional que expressasse a nova realidade social, a saber, o processo de redemocratização e término do regime ditatorial. Assim, em 05 de outubro de 1988 foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, a qual apresenta as seguintes características principais:

1. Após um período ditatorial, o Constituinte de 1988 tratou de assegurar princípios e objetivos fundamentais que tem a finalidade de possibilitar o integral desenvolvimento do ser - humano, tendo como base o princípio da dignidade da pessoa humana. (CF, art. 1º a 4º)
2. Criação do Superior Tribunal de Justiça em substituição ao Tribunal Federal de Recursos
3. Criou o mandado de injunção (CF, art. 5º, LXXI); mandado de segurança coletivo (CF, art. 5º, LXX); habeas data (CF, art. 5º, LXXII)
4. Estabeleceu a faculdade do exercício do direito de voto ao analfabeto.

EXERCÍCIOS SOBRE CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

1. O Brasil teve, ao longo de sua história, várias constituições, o que revela uma fragilidade de nossa cidadania, na medida em que as questões constitucionais, tanto no momento da elaboração das cartas constitucionais, quanto no momento de fazer eventuais reformas em seus textos, acabam ficando exclusivamente nas mãos dos políticos. Pode-se observar, nessa multiplicidade de constituições, que um princípio é comum a todas elas, desde a primeira, em 1824, até a mais recente, de 1988. Assinale, a seguir, a alternativa que expressa esse princípio:

- a) O sufrágio universal.
- b) A garantia dos direitos trabalhistas.
- c) O princípio de divisão dos poderes políticos.
- d) O regime federalista.
- e) A exclusão dos analfabetos da cidadania política.

2. Com base nas seguintes declarações:

- ✓ "Decretar e promulgar a Constituição é um ato de grandíssima importância. É um ato grave. Mas cumpri-la é que é o supremo dever". - GUSTAVO CAPANEMA (Partido Social Democrata - PSD, maior bancada).
- ✓ "A promulgação da nova Constituição representa o mais profundo anseio do povo brasileiro, torturado durante mais de oito anos pela infâmia do Estado Novo". - EDGARD DE ARRUDA (União Democrática Nacional - UDN).
- ✓ "A carta que acaba de ser promulgada constitui um dos grandes documentos da história do Brasil". - MARCONDES FILHO (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB).
- ✓ "O Brasil ingressa hoje em um novo período de sua história. O PCB, que discutiu e votou a Constituição, está disposto a lutar para que ela seja cumprida em seus preceitos democráticos". - JORGE AMADO (Partido Comunista Brasileiro - PCB).

É correto afirmar, historicamente, que a constituição referida é a de

- a) 1988. b) 1967. c) 1934. d) 1937. e) 1946.



3. Leia esta mensagem de Santos Dumont aos paulistas:

"São Paulo, 14 de julho de 1932.

Meus patrícios:

Solicitado pelos meus conterrâneos, moradores neste Estado, para subscrever uma mensagem que reivindica a ordem constitucional do país, não me é dado, por moléstia, sair do refúgio a que forçadamente me acolhi, mas posso ainda, por estas palavras escritas, afirmar-lhes não só o meu inteiro aplauso, como também o apelo de quem, tendo sempre visado a glória de sua pátria, dentro do progresso harmônico da humanidade, julga poder dirigir-se em geral a todos os seus patrícios como um crente sincero em que os problemas de ordem política e econômica que ora se debatem, somente dentro da lei magna poderão ser resolvidos, de forma a conduzir a nossa pátria à superior finalidade de seus altos destinos.

Viva o Brasil unido!

Santos Dumont"

(Fonte: "A vida de grandes brasileiros - 7: SANTOS DUMONT". São Paulo: Editora Três, 1974)

Nessa mensagem, Santos Dumont revela que

- a) era refugiado político e obrigado a subscrever uma mensagem contra os revolucionários.
- b) era a favor do movimento separatista que surgira em São Paulo durante o governo de Getúlio Vargas.
- c) o governo federal não estava aplicando leis para resolver problemas políticos e econômicos.
- d) sua posição política era de total apoio ao governo de Getúlio Vargas.
- e) aprovava a luta iniciada em São Paulo pela constitucionalização do país.

4. A constituição de 1988, escrita pelos membros do Congresso Nacional, que recebera poder constituinte, consagrou numerosos direitos trabalhistas no seu artigo 7º.

Assim sendo, complete as lacunas:

Estabeleceu que a jornada normal de trabalho é de ____ horas semanais e que o pagamento por horas extras será no mínimo de ____% a mais que a hora normal. A licença à gestante será de ____ dias, concedendo-se ao pai a licença paternidade de ____ dias. Prevê direito a férias de ____ dias por ano trabalhado (sem faltas injustificadas).

A alternativa que completa corretamente o texto é:

- a) 40 - 20 - 140 - 7 - 20
- b) 44 - 50 - 120 - 5 - 30
- c) 44 - 50 - 110 - 5 - 30
- d) 40 - 60 - 120 - 3 - 30
- e) 48 - 40 - 150 - 9 - 31

5. A Constituição brasileira de 1891

- a) permitiu a plena democratização do país, com a superação do regime militar.
- b) criou um quarto poder, o Moderador, que atribuía plenos poderes ao Imperador.
- c) separou o Estado, agora republicano, da Igreja Católica.
- d) manteve a permissão para a existência de mão-de-obra escrava.
- e) eliminou os resquícios autoritários do varguismo.

6. A Constituição brasileira de 1988 é conhecida como a "Constituição cidadã". Dentre suas decisões, instaurou e possibilitou a vigência de medidas e códigos legais relacionados aos direitos de grupos específicos, entre os quais podemos identificar:

- I. O Estatuto da Criança e do Adolescente.
- II. O Estatuto do Idoso.
- III. A afirmação do racismo como crime inafiançável.
- IV. A demarcação das terras indígenas.

Assinale:

- a) Se apenas a afirmativa I está correta.
- b) Se apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Se apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- d) Se apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- e) Se todas as afirmativas estão corretas.

7. O Brasil, desde sua emancipação política até os dias de hoje, concebeu diferentes ordens jurídicas constitucionais.
Muitos pesquisadores consideram as Constituições brasileiras de 1934 e 1988 as mais progressistas por estabelecerem, respectivamente, dentre outros, os seguintes avanços sociais:
- voto feminino e crime de racismo inafiançável.
 - corporativismo sindical e voto dos analfabetos.
 - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e direito de greve irrestrito.
 - voto obrigatório para maiores de 18 anos e Estatuto da Criança e do Adolescente.
8. A respeito da Constituição de 1988, é correto afirmar que
- o direito de promover ações de inconstitucionalidade foi retirado do Ministério Público, que se enfraqueceu.
 - o direito de voto foi assegurado a todos os brasileiros e brasileiras, a partir dos dezesseis anos, desde que alfabetizados.
 - os direitos civis foram amplamente assegurados, sendo a prática de racismo classificada como crime inafiançável.
 - o direito do poder público intervir nos sindicatos foi assegurado, aumentando o controle do Estado sobre os trabalhadores.
 - o direito à informação ampliou-se, ainda que o governo possa impor censura prévia à imprensa.
9. A respeito dos princípios presentes na Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I, é correto afirmar que:
- garantiam ampla liberdade individual e resguardavam a liberdade econômica, assegurando a participação política desvinculada da necessidade de uma renda mínima por parte do cidadão.
 - garantiam as liberdades individuais inspiradas na Declaração dos Direitos do Homem, elaborada pelos revolucionários franceses em 1789.
 - estabeleciam a igualdade de todos perante a lei, estatuto que foi observado com rigor por toda a sociedade brasileira.
 - estabeleciam o princípio da liberdade religiosa, segundo o qual o Estado permaneceria distante das questões religiosas.
 - determinavam disposições jurídicas que eram as mais adequadas à realidade nacional da época, não apresentando, portanto, contradições.
10. Observe a figura e responda à questão:
Com base na charge e nos conhecimentos sobre a atual Constituição brasileira, é correto afirmar:
- As dificuldades de acesso aos direitos sociais elementares (moradia, saúde e alimentação) têm origem na forma como a Constituição atual foi elaborada.
 - A Constituição de 1988 introduziu uma série de benefícios sociais que privilegiaram as famílias dos estratos médios em detrimento da população em geral.
 - O texto da última Constituição assegura em sua formulação jurídica conquistas sociais e individuais aos cidadãos brasileiros.
 - Os dispositivos da Constituição de 1988 revogaram a legislação conhecida como CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).
 - O texto atual da Constituição é omissivo em relação ao tema dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.
11. A Constituição Brasileira de 1988 introduziu alterações significativas no plano jurídico-político nacional. Dentre elas pode-se citar:
- instituição do hábeas data, que torna passível de fiança crimes como racismo, tráfico de drogas e terrorismo.
 - extensão do direito de elegibilidade às mulheres e voto facultativo aos jovens entre 16 e 18 anos.
 - proibição da greve aos setores considerados essenciais: saúde, transportes, polícia e funcionalismo público.
 - extensão do voto a analfabetos, proteção ao meio ambiente e reconhecimento da cidadania dos índios.
 - restrição dos direitos trabalhistas apenas ao setor produtivo urbano e eleições em dois turnos para presidente, governador e prefeitos.

TODO BRASILEIRO TEM
DIREITO À MORADIA...

AGORA LÊ AQUELE
PEDAÇO BONITO QUE
FALA DE COMIDA,
SAÚDE...



(Charge de Miguel Paiva, *O Estado de São Paulo*, 5/10/88 - ed. histórica, p. 3)



12. Uma característica comum a todas as Constituições políticas do Brasil é:

- a) o sufrágio universal.
- b) a garantia dos direitos trabalhistas.
- c) o princípio de divisão dos poderes políticos.
- d) o regime federalista.
- e) a exclusão dos analfabetos da cidadania política.

GABARITO

- 1. C
- 2. E
- 3. E
- 4. B
- 5. C
- 6. E
- 7. A
- 8. C
- 9. B
- 10. C
- 11. D
- 12. C